

A trajetória da Educação Brasileira

Resultado de Investigación finalizada

GT 25- Educação e desigualdade social

Maria Liliana do Amaral Resende¹

Resumo:

A Educação Brasileira, na época colonial, tinha a função de educar os filhos dos colonos que compunham a elite e catequizar os índios para que se submetessem à colonização. Percebe-se a natureza dualista que se perpetuou ao longo dos séculos durante a fase imperial e republicana. Havia diferença entre os alunos da elite que recebiam a educação propedêutica, que os preparava para o ensino superior e a educação profissional destinada aos pobres, que deveriam formar a mão de obra qualificada nas indústrias brasileiras principalmente durante os governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Esse artigo propõe a análise desse dualismo, através de uma retrospectiva, a fim de comparar com o tipo de educação pública ofertada no território brasileiro na atualidade.

Palavras-chaves: educação, elite, dualismo.

Nos tempos de colônia

Durante os séculos XVI e XVII, os donos de terra e senhores de engenho recebiam educação através da Companhia de Jesus. As mulheres não podiam estudar. Os filhos primogênitos também estavam excluídos desse processo, aos quais era reservado o gerenciamento dos negócios da família. A educação escolarizada era destinada a pessoas que compunham a elite. De outro lado, a educação Jesuítica catequizava os indígenas e contribuía para a sua principal atividade no Novo Mundo: a formação de povos fiéis e servidores. Os padres Jesuítas ministravam a educação elementar aos indígenas e brancos (menos às mulheres) e educação de nível médio para membros da elite que acabavam frequentando os seminários. O ensino superior religioso era ministrado somente aos brancos da classe dominante (Romanelli, 1986, p. 33e 35).

Nessa perspectiva, a educação acabava por uniformizar a fé e a consciência facilitando a colonização. Os Jesuítas detinham enorme poder, já que, por mais de dois séculos, foram os responsáveis pelo controle da fé e da moral no território brasileiro, ainda que existissem outras ordens que também se encarregavam de educar. Além de catequizar os índios tornando a colonização um processo mais efetivo, levaram a educação aos filhos dos colonos e foram os responsáveis pela formação da elite intelectual da colônia (Aranha, 2010, p.140).

A educação dos filhos dos índios, iniciada ao mesmo tempo, com os filhos dos colonos, tinha a finalidade de torná-los dóceis e obedientes ao trabalho. Os filhos dos colonos não só aprendiam a ler e escrever, como podiam prosseguir seus estudos na Europa. Eles eram orientados para seguir diferentes carreiras. O primogênito herdava os negócios do pai ficando responsável por administrar o engenho. O segundo se dedicava aos estudos, muitas vezes indo terminá-los na Europa. E o terceiro acabava sendo influenciado e direcionado para a vida religiosa. Tudo isso ocorria com o apoio da Coroa Portuguesa, que via a educação como meio de dominação política (Aranha, 2010, p.143).

A educação brasileira se baseava na desigualdade, quando propunha aos indígenas o ensino do “ler e escrever” como forma de torná-los dóceis e obedientes, enquanto reservava aos brancos da elite a possibilidade de continuação dos estudos e aprimoramento dos conhecimentos.

A aprendizagem dos negros e homens livres acontecia no próprio ambiente de trabalho, o que não obedecia a qualquer padrão ou regulamentação. O trabalho manual era menosprezado por se tratar de atividade realizada por escravos e o artesanato era raridade nos pequenos centros urbanos de uma sociedade que ainda continuava seguindo o modelo agrário-exportador. Mesmo assim, alguns padres da Companhia de Jesus vinham da Europa com o intuito de passar essas técnicas e ensinamentos aos escravos e homens livres (Aranha, 2010, p.166).

No século XVIII muitas transformações ocorreram na sociedade brasileira. Com o ciclo do ouro, grande parte da população brasileira havia se deslocado para as Minas Gerais. A economia brasileira não estava mais centrada na agricultura e vários centros urbanos tiveram a sua população aumentada. Uma pequena burguesia surgiu voltada para o comércio interno. O ensino secundário era o mais valorizado, pois era proibida a instalação de universidades no território brasileiro. O ensino primário ficava a cargo das famílias que contratavam preceptores para educar os filhos. Muitos dos meninos que tinham seus estudos iniciais no Brasil iam para a Europa terminá-los na Universidade de Coimbra, onde passaram a ter contato com as ideias iluministas e trazê-las para o Brasil. A maioria das meninas continuava sem acesso à educação, embora algumas delas a tenham conseguido, ao serem enviadas para conventos, onde passavam a seguir a vida religiosa ou simplesmente para que aprendessem a se tornar verdadeiras donas de casa.

Em 1750, subiu ao poder, em Portugal o Marquês de Pombal² e os “estrangeirados”³ que promoveram a expulsão dos Jesuítas (1759) e a reformulação do ensino na metrópole e nas colônias portuguesas. De acordo com Hilsdorf (2011), o governo ilustrado de Pombal praticou um antijesuítismo violento transferindo a educação escolar da Companhia de Jesus para o Estado português. Os colégios Jesuítas foram fechados e as aulas régias foram criadas. Com essa medida, Pombal tirou o poder político dos padres e tornou a educação mais racional e voltada para a Ciência, mesmo que ela tenha continuado ligada à Igreja Católica ministrando seus ensinamentos. De acordo com essas reformas, os professores deveriam prestar concurso público e seriam pagos pelo Erário Régio, portanto, contratados como funcionários do Estado.

Tem início nesse momento a escola pública brasileira que continuava atendendo a parcelas muito pequenas da população. As primeiras reformas não ocorreram de imediato:

O primeiro concurso para professores públicos no Brasil foi em Recife, a 20 de março de 1760. No mesmo ano, em 7 de maio, realizaram-se os primeiros exames para professores régios de Gramática Latina no Rio de Janeiro. Entretanto, em 1765 não havia ainda sido nomeado nenhum professor público no Brasil, embora os concursos já houvessem se realizado (Cardoso, Stephanou & Bastos, 2004, p. 183).

A primeira fase de reformas do ensino fracassou. Em 1772 foram propostas novas reformas com o relançamento das aulas régias e a criação de um Subsídio Literário⁴. Mesmo com tais reformas a educação no Brasil continuava restrita e incipiente. O ensino público não era obrigatório, atendia os meninos de classes abastadas porque era impossível montar uma rede escolar que atendesse todas as necessidades da população. As escolas particulares existiam e não eram concorrentes com as públicas e sim, complementares.

Não havia prédios escolares e nem um lugar próprio para o ensino como no tempo dos Jesuítas. Não era preciso haver um edifício escolar para que a escola existisse. O professor, concursado e empossado, recebia os alunos em sua residência. O material necessário às aulas ficava ao seu encargo e

também a formação cívica e religiosa. O ordenado era pago adiantado e dividido em algumas parcelas para cobrir os gastos. Muitas vezes, o pagamento atrasava, até mesmo anos, dificultando o trabalho dos professores que ainda permaneciam no ofício. Havia poucos mestres para ministrar as *Aulas Régias*⁵ no Brasil, um total de 44 espalhados por algumas cidades e estados brasileiros⁶, de acordo com Cardoso et.al. (2004). E atendiam a um número muito reduzido da população.

Permanecia o fosso de separação entre os letrados da elite e a maioria da população analfabeta. Essas reformas acabaram por distanciar ainda mais da Educação os mais pobres, dada a dificuldade de implantação desse projeto que parecia ambicioso e moderno, mas que na prática, dificultou por demais o acesso ao ensino público.

A educação com a vinda da família real e no período do Império

No século XIX, com a vinda da família real, muitas coisas se alteraram no Brasil. Mas essas alterações não ocorreram para favorecer todas as camadas da população. O ensino superior passou a ser permitido e foram criados vários cursos para atender as necessidades da nobreza que aqui se instalou.

Durante o Império, o ensino permaneceu fragmentado e desorganizado. Não havia integração entre o curso primário e o secundário. Mesmo que os deputados tivessem tentado criar, já na Assembleia Nacional Constituinte de 1823, uma lei que garantisse um sistema nacional de instrução pública primária a todos os cidadãos, tal lei nunca foi cumprida. Por volta de 1827, outra lei determinava a criação de escolas em todas as cidades, vilas e lugarejos e também a criação de escolas para meninas, nas cidades mais populosas, também fracassou, devido a causas econômicas, políticas e técnicas. Muitas famílias continuaram a educar seus filhos em casa contratando professores especialmente para o ofício. Enquanto isso, aos outros segmentos sociais, restava-lhes mandar os filhos para as poucas escolas que tinham a finalidade apenas de ensinar a ler, escrever e contar como observa Aranha (2010).

Em 1837 foi fundado no Rio de Janeiro o Colégio D. Pedro II que ficou sob a jurisdição da Coroa. Ele foi criado para educar a elite intelectual, cujo objetivo principal era preparar o aluno para o acesso aos cursos superiores e servir de padrão para os outros liceus do país. Assim os liceus provinciais precisaram se adequar e tentar seguir o padrão imposto pelo novo Colégio. Os alunos do Colégio Pedro II tinham acesso direto ao curso superior, enquanto que os alunos dos liceus provinciais passavam por exame de admissão (Hilsdorf, 2011, p.47-52).

No caso do Colégio Pedro II havia exclusão em dois momentos. No primeiro, por ter sido um colégio criado para atender a elite e segundo, quando dava acesso direto aos seus alunos, ao curso superior. Os alunos que faziam a prova de admissão, que era elaborada pelo Colégio Pedro II, encontravam-se em condições de desigualdade para competir com os alunos do referido Colégio, ainda que utilizassem os mesmos livros e currículo, pois a organização, preparação e cobrança dos professores eram bem diferentes sobre cada tipo de educando.

O ensino profissionalizante ainda era visto com preconceito e pouco estimulado no Império, por ser associado a pessoas de classes inferiores e devido à mentalidade escravocrata que desvalorizava o trabalho manual. A partir de 1840, algumas Casas de Educandos e Artífices foram criadas para receber órfãos, com a finalidade de ensinar-lhes um ofício. Ocorreram também organizações da sociedade civil apoiadas pelo governo com a mesma finalidade. Além da preparação para o trabalho, havia uma preocupação de cunho assistencialista que não se desvinculava da intenção disciplinar desses meninos, de acordo com Aranha (2010).

Em 1873, Rangel Pestana⁷ envolveu-se com a criação da Escola do Povo no Rio de Janeiro. “Essa escola oferecia educação popular em cursos gratuitos, públicos, isto é, livres das regras do ensino

oficial monárquico, para ambos os sexos, com ensino elementar diurno e cursos noturnos para trabalhadores, [...]” (Hilsdorf, 2011, p.63).

Pestana dedicou especial atenção à educação feminina, considerada elemento importante na modernização do país, devido à sua função elementar de preparar esposas e mães de bons cidadãos, contribuindo para a formação científica e moral destes. No início de 1880, Rui Barbosa e Leôncio de Carvalho apoiavam essas ideias progressistas dentro do partido Liberal. Ele participou também da história do aparecimento de escolas americanas protestantes nas décadas de 1870 e 1880 na província de São Paulo, que ofereciam cursos regulares para as camadas mais favorecidas e cursos avulsos noturnos para a população menos favorecida de trabalhadores. Pestana teve a participação na formação de vários outros colégios particulares em São Paulo. A província de São Paulo foi o local que mais recebeu a atenção dos republicanos nesse período. Assim comenta Hilsdorf ⁸:

[...] a rigor, ao longo dos anos 1890-1900, os republicanos cafeicultores redesenham, recriam e reproduzem todo o sistema do ensino público paulista, realizando a escola ideal para todas as camadas sociais, pois criam ou reformam as instituições, da escola infantil ao ensino superior (jardins da infância, grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas, escolas complementares, escolas normais, ginásios, escolas superiores de medicina, engenharia e agricultura e escolas profissionais), e definem a pedagogia que nelas será aplicada (a pedagogia moderna em confronto com a pedagogia tradicional) (p.66).

De acordo com Romanelli (1986) a Constituição de 1891 que viria a descentralizar o ensino acabou por consagrar o sistema dual de ensino: a educação das classes dominantes (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação popular (primária e profissionalizante) que já ocorria durante todo o Império. Com o federalismo não houve alteração desse quadro. O ensino nos estados ficou à mercê do sistema político-jurídico comandado pelas oligarquias rurais. A classe média que não se identificava com a classe baixa, repudiava o ensino profissionalizante e via a educação como um instrumento de ascensão social.

A educação no início da República

No período de 1870-1920 importantes mudanças aconteceram no Brasil. Ocorreu a abolição da escravidão, a passagem da Monarquia à República, diversificação da economia dando início à industrialização, chegada de imigrantes de vários países para a agricultura e aumento da população urbana formadora da pequena burguesia, que veio dar origem à classe média. Houve várias tentativas de reformas educacionais, algumas bem sucedidas e outras que fracassaram sem que, mesmo, tivessem sido iniciadas. Entretanto, muitas dessas mudanças não aconteceram de fato como indicavam as aparências. O negro não foi integrado à sociedade brasileira e teve seus direitos negados. A alteração da forma de governo não foi democrática, pelo contrário, se deu por um golpe militar.

No início da República o cenário educacional avançava lentamente. Apesar de o Ensino Primário ter mais que duplicado, passando de 12% da população em 1889 para 30% em 1930, a melhora foi apenas quantitativa e não qualitativa, já que o modelo de escola em 1907 era de um professor em uma sala dando aula para alunos de vários níveis de ensino. Em 1920, 65% da população brasileira com mais de 15 anos era analfabeta. A educação secundária encontrava-se decadente nesse momento. Várias tentativas de reforma⁹ foram propostas, entre elas a de transferir os exames de admissão para as faculdades, enquanto à educação secundária caberia a missão de formar o cidadão e não a de preparação para o nível seguinte. Tais reformas se mostraram desastrosas devido à falta de

recursos que pudessem atender um número maior de pessoas. A marginalização da população brasileira no âmbito educacional continuava a reproduzir-se (RIBEIRO, 1992).

Nessa fase predominava um tipo de capitalismo ligado às atividades rurais. A educação se restringia aos nobres e à elite de uma maneira geral. No capitalismo industrial do início do século XX, tal situação se configurou de maneira diferente. Com o aumento da população nas cidades, aumento da classe média burguesa e a diversificação da economia do setor primário (agricultura, pecuária e extrativismo) para as manufaturas e atividades industriais em geral e o surgimento das atividades terciárias (administração, transporte e serviços) se configuraram numa nova época de maior exigência da elevação do nível de escolaridade da população.

Devido às pressões da sociedade, a educação brasileira se expandiu de forma heterogênea, atropelada e improvisada pelo território brasileiro. Mas mesmo assim apresentou resultados significativos. Em 1920 a taxa de escolarização da faixa de 5 a 19 anos era de 9%, passando para 21,43% em 1940 e 53,72% em 1970¹⁰. Através das pressões houve um rompimento da ordem dualista, onde a camada social mais baixa lutava por uma educação que possibilitasse acesso a posições mais altas, ou seja, as mesmas ocupadas pelas elites. Essa demanda foi satisfeita de forma precária, não criando condições para mudanças mais profundas como observa Romanelli (1986).

Governo de Getúlio Vargas

Dos anos 1930-1945 a ideia era a reconstrução da nação. E a educação é que foi a mola-mestra dessa reconstrução. O Ministério da Educação foi criado com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. As forças armadas e a igreja Católica, grandes forças de apoio da Revolução de 1930, buscaram espaço para colocarem em prática o seu projeto de educação do povo. A igreja conseguiu a reintrodução do ensino religioso facultativo nas escolas públicas, através de Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas.

De acordo com Ribeiro (1992), na década de 1930, iniciou-se no Brasil a política do desenvolvimentismo que se apoiou na substituição das importações por produtos fabricados dentro do território nacional. Durante o governo de Getúlio Vargas¹¹ houve a manutenção do ensino primário gratuito e obrigatório e o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias. Permaneceu a ideia de educação profissionalizante para as classes menos favorecidas, com a finalidade de fornecer grande contingente de mão de obra, para atender as diferentes funções que começavam a surgir com a industrialização.

Em 1934 foi promulgada nova Constituição para o Brasil e Getúlio Vargas, segundo a Carta Magna, foi eleito para um período de 4 anos. A União se incumbiu de fixar o Plano Nacional de Educação e fiscalizar seu cumprimento em todo o território nacional, tornando o ensino primário totalmente gratuito e instituindo a tendência à gratuidade do ensino secundário e superior. Vargas atendeu aos anseios dos liberais, aprovando muitas das reivindicações do Manifesto. Entre elas, a obrigatoriedade do concurso público para a carreira do magistério, fiscalização a regulamentação das instituições de ensino público, políticas educacionais para a zona rural, orçamento fixado para a educação pela União de 10% e pelos Estados de 20%. Para os conservadores atendeu a introdução do ensino religioso e valorização da família em seu papel educativo (Ghiraldelli Jr., 1991, p.45).

Em 1937 ocorreu o golpe de Estado e teve início o Estado Novo, mais um período turbulento da história do país. O Congresso Nacional foi dissolvido e a Constituição Federal substituída por outra de caráter fascista baseada na da Polônia, elaborada por Francisco Campos. A educação deixou de ser prioridade e dever do Estado, que se desobrigou de assumir papel principal para tornar-se apenas subsidiário, como observa Ghiraldelli Jr. (1991, p. 81).

O Ensino secundário despertou maior interesse do governo para atender ao parque industrial e à crescente urbanização que reclamavam por mão de obra técnica para o mercado. Voltava-se ao dualismo educacional proporcionado pela Reforma Capanema, com um ensino público destinado à elite condutora e um ensino profissionalizante para os operários pobres. O caminho era bem marcado: os ricos iam do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e depois escolhiam qualquer curso superior. Os pobres, quando conseguiam escapar da evasão, iam do primário ao curso profissionalizante e se pretendessem continuar um curso superior, deveriam escolher um que fosse da mesma área:

O currículo enciclopédico, aliado a um sistema de avaliação extremamente rígido, controlado do centro, exigente e exagerado, quanto ao número de provas e exames, fez que a seletividade fosse a tônica de todo o sistema. Ambos os decretos estabeleciam, por seus artigos, um processo de avaliação altamente seletivo. Para uma média de 10 disciplinas anuais, estavam prescritas em lei, para cada disciplina: a) uma arguição mensal; b) uma prova parcial a cada dois meses; c) um exame final. A nota final seria a média das notas mensais de arguição, das provas parciais e do exame final de cada disciplina. Isso tudo equivalia, aproximadamente, para o ano todo, 80 arguições ou provas mensais, 40 provas parciais e 10 provas finais, num total de 130 provas e exames, o que durante o período letivo, equivaleria a, pelo menos, 1 prova a cada 2 dias de aula. Vê-se, portanto, que não se tratava de um sistema de ensino, mas de um sistema de provas e exames. E é evidente que o aluno que conseguisse varar ileso o sistema, ao longo dos seus 5 ou 7 anos de duração, era realmente privilegiado (Romanelli, 1986, p.136-137).

O ensino técnico profissional foi esboçado em quatro modalidades: Industrial, Comercial, Agrícola e Normal. Mas a crescente industrialização não pôde contar de imediato com a formação da mão de obra em curto prazo e as classes médias, que iam para as escolas públicas, não estavam interessadas numa profissionalização precoce. O interesse estava relacionado à ascensão social e melhoria das condições de vida. Por isso, os pais se esforçavam para que os filhos permanecessem no ensino secundário que desse acesso ao nível superior. Desse modo, o governo organizou rapidamente o SENAI e o SENAC em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias e a Confederação Nacional do Comércio. O objetivo era a formação imediata de mão de obra qualificada para as indústrias (Ghiraldelli Jr., 1991, p.87).

Período democrático

De 1946-1964, período de redemocratização, embora permanecesse um continuísmo e conservadorismo em relação à educação, principalmente encabeçados pelos liberais e católicos, os comunistas tomaram a bandeira e tentaram propor reformas no curto período de legalidade dos partidos de esquerda que não viam a educação como solução dos problemas nacionais, “todavia admitiam que a efetivação da democracia no país passava pela erradicação do analfabetismo e pela elevação cultural do povo” (Ghiraldelli Jr., 1991, p.108). Mesmo que muitos admitissem que essa preocupação com os analfabetos fosse de puro cunho eleitoreiro.

O ministro da Educação preparou o anteprojeto da LDB¹² de cunho liberal e descentralizador que obteve a oposição de Gustavo Capanema e levou ao seu engavetamento por 15 anos. Vários grupos de intelectuais, educadores, professores e estudantes, iniciaram uma Campanha de Defesa da Escola Pública reivindicando mais verbas e, entre os que se destacaram nessa luta estão Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Fernando de Azevedo, entre outros, segundo Hilsdorf (2011).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek permaneceu a política desenvolvimentista, a substituição das importações e o apoio do capital estrangeiro.

Nesse período teve continuidade a expansão do ensino primário e redução da evasão escolar no mesmo nível. O acesso ao ensino secundário aumentou bastante. Todavia, há que se notar que os investimentos em educação sempre foram precários: “...seria, interessante assinalar que os percentuais de despesas nunca chegaram a atingir aqueles determinados pelas Constituições (1934, art. 156¹³ e 1946, art. 169¹⁴)” (Ribeiro, 1992, p.144). Iniciou-se no governo de JK o período de reforma das universidades com o objetivo de formar profissionais (arquitetos, engenheiros, advogados) para manter a ideologia política nacional-desenvolvimentista.

Ditadura Militar

Em 1964 aconteceu o golpe e instaurou-se a ditadura militar no Brasil que durou 21 anos. A política desenvolvimentista foi substituída pelo desenvolvimento com segurança, que obteve apoio do capital estrangeiro através das multinacionais. Foi uma época de grande repressão. No setor educacional houve a privatização do ensino, a queda na qualidade do ensino elementar e a institucionalização do ensino profissionalizante. Duas importantes reformas foram implementadas: do ensino superior (Lei 5.540/68) e ensino médio (Lei 5.692/71).

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino, impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados são os que vemos em quase todas as nossas escolas: elevados índices de repetência e evasão escolar, escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, professores pessimamente remunerados e sem motivação para trabalhar, elevadas taxas de analfabetismo (Piletti, 1997, p.114 apud Santos).

O ensino médio, na visão do ministro Roberto Campos¹⁵, deveria atender a população pobre, enquanto o ensino universitário continuaria atendendo as elites. Para ele, o caráter humanista do ensino médio necessitava ser substituído por elementos utilitários e práticos para que houvesse uma maior qualificação para o trabalho. Dessa maneira, qualquer pretensão ao ensino superior seria superada. Para diminuir o número de analfabetos foi criado o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). A reforma universitária não agradou à comunidade acadêmica, pois fragmentou os cursos oferecendo disciplinas isoladas, criou departamentos e instituiu o vestibular unificado e classificatório, que deixou milhares de estudantes sem vagas, promovendo intensa desigualdade entre os estudantes. O ensino profissionalizante foi desobrigado no final do período ditatorial, mas, depois de tantas mudanças acabou descaracterizando o ensino médio e baixando a qualidade, porque não deu oportunidade ao estudante de aprofundar nos conteúdos necessários para uma maior participação na vida política, no trabalho ou até mesmo para a continuidade de seus estudos, de acordo com Ghiraldelli Jr. (1991).

Redemocratização

Os anos 90, embora em pleno período de redemocratização e com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394 de 20/12/1996) que teve uma longa tramitação no Congresso Nacional, pouco avançou no campo educacional, porque só recentemente essa lei foi colocada em prática. Segundo Hilsdorf (2011), muitos embates entre os partidos políticos ocorreram com a finalidade de traçar um rumo para a educação nacional. Esse rumo traçado por partidos invariantes¹⁶ e mudancistas¹⁷ quando estiveram no poder permitiram, entre outros pontos, a alocação de recursos públicos para

instituições particulares e conservaram o sistema dualista de ensino. O grupo “transformador”¹⁸, em outro ponto, desejava uma escola pública voltada para as transformações sociais.

As camadas menos favorecidas tiveram como opção o ensino técnico profissionalizante. E continuaram tendo dificuldades no acesso e permanência ao ensino superior. A elite ainda recebe o ensino propedêutico de preparação para as universidades. Muitos séculos se passaram e muito pouco se avançou na questão da exclusão educacional. O Estado cada vez mais neoliberal passou a delegar suas funções a entidades particulares que atendessem as exigências de mercado, proporcionando sua isenção da responsabilidade social.

No ano de 2001 foi lançado o Plano Nacional de Educação (PNE) pela Lei 10.172¹⁹ com o prazo de duração de 10 anos, quando os Estados, o Distrito Federal e os municípios deveriam elaborar os planos decenais correspondentes. Caberia a esse plano o diagnóstico, o estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas para a educação básica e para o ensino superior em suas diversas modalidades²⁰. Era objetivo também, a criação de um sistema de avaliação para corrigir deficiências e distorções. O Plano era destinado, inclusive, para a formação dos professores e valorização do Magistério. Saviani (2007) observa que o plano recebeu nove vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso, em alguns pontos considerados mais sensíveis: naqueles referentes ao financiamento, levando à impossibilidade do cumprimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

A partir dos anos 2002, no governo do presidente Lula, houve uma retomada no discurso da universalização da educação básica, elevação da média de escolaridade da população brasileira e o resgate da qualidade do ensino. O Ensino profissionalizante foi reformulado através do Decreto 5.154/04 que introduziu flexibilidade para as escolas organizarem sua formação. Várias políticas e programas foram criados com a finalidade de garantir o acesso do aluno à escola e sua permanência e diminuir os índices de evasão e repetência de acordo com Libâneo, Oliveira e Toschi (2007).

Mas Davies (2004) comenta que, na proposta do governo Lula “Universidade para Todos”, a intenção era de renúncia fiscal pelo governo, em troca de vagas não ocupadas em universidades particulares, proporcionando diversas vantagens: diminuição das vagas ociosas enfrentadas por esse tipo de instituição, economia de investimento federal e resultado imediato para a população. As universidades particulares se veem obrigadas a concentrar esforços apenas no ensino, atividade mais econômica e industrializável. As outras atividades realizadas nas universidades públicas (pesquisa, atendimento médico em hospitais universitários, por exemplo), são muito dispendiosas e não interessam à educação privada. Percebe-se, então, uma continuidade do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Em abril de 2007, o governo Federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que previa maiores recursos para a manutenção da educação em todos os seus níveis nos dez anos seguintes. O objetivo era a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil. Saviani (2007), contudo, analisou que o PDE se configurava mais como um programa de ações do que um plano.

Um novo Plano Nacional da Educação está valendo desde 2011, para vigorar até 2020. Segundo o MEC²¹, o novo PNE estabelece dez diretrizes objetivas e 20 metas e estratégias que possibilitam sua concretização. O texto prevê formas de a sociedade participar e cobrar a execução e o cumprimento das metas. Uma preocupação do Plano é a universalização do ensino de 4 a 17 anos. Outras preocupações são a melhoria da educação básica, o aumento do número de matrículas em entidades particulares de ensino e a assistência estudantil.

Temos ainda hoje um grande número de analfabetos que corresponde a 9,7% segundo o IBGE²², o que comprova que a universalização do ensino está longe de acontecer. Foram criadas mais vagas para o ensino básico, mas universalizar não é apenas construir novas escolas e sim dar oportunidades para que o aluno permaneça. “É preciso ampliar o atendimento e assegurar a utilização

de todas as alternativas para garantir o acesso e a permanência, articulando até mesmo os serviços de transporte escolar” (Libâneo et al., 2007, p.210).

O sistema educacional continua com a intenção de preparar as classes pobres para o trabalho. Quando esses alunos estão entre aqueles que não evadiram e decidem prosseguir os estudos, concorrem de forma desigual com alunos da elite, que ficaram a vida toda se preparando para o ingresso numa universidade pública federal, num processo seletivo incapaz de ser justo tal como é constituído. Resta aos alunos das classes menos favorecidas o ingresso numa instituição privada, sustentada na maior parte por verbas que poderiam estar direcionadas às instituições públicas para a expansão do ensino superior e que, na maioria das vezes apresenta desempenho insatisfatório. Para amenizar essas falhas do sistema educacional brasileiro aparecem, vez ou outra, programas e políticas para promoverem o acesso do jovem ao ensino médio e superior e sua permanência aí.

A privatização do ensino, proposta do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, esteve sob a orientação da ordem capitalista mundial e não da sociedade civil organizada e muito menos como responsabilidade do Estado. Organismos multilaterais apresentaram a receita de um tipo de educação de qualidade, que promovesse o desenvolvimento econômico dos países emergentes capaz de, em longo prazo, erradicar a pobreza e a fome. As políticas educacionais desse governo e que continuaram a ser implantadas pelo governo Lula se transformaram em medidas paliativas, que não erradicam ou anulam injustiças sociais, apenas amortecem ou escondem o cumprimento de ações que promoveriam a aplicação dos direitos básicos do ser humano.

Referências bibliográficas.

Aranha, M. L. A. (2010). *História da Educação e da Pedagogia Geral e do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Moderna

Brasil. Presidência da República. *Decreto 5.154*, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o §2º do artigo 36 e os artigos de 39 a 41 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Acesso em 04 de janeiro de 2011.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

Brasil. *Lei 5.540*, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Acesso em 25 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm

Brasil. *Lei 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Acesso em 25 de novembro de 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm

Brasil. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Acesso em 04 de janeiro de 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Cardoso, T. M. R. F. L. Stephanou, M. & Bastos, M. H. C. (2004). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol I – Séculos XVI e XVIII*. Petrópolis: Vozes.

Davies, N. (2004). *O governo Lula e a Educação: A deserção do Estado continua?* Educ. Soc., Campinas, vol.25, n.86, p.245-252, Disponível em

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a12.pdf>> Acesso em 21 fev 2012.

Ghiraldelli Jr., P. (1991). *História da Educação*. 1ed. São Paulo: Cortez Editora.

Hilsdorf, M. L. S. (2011). *História da Educação Brasileira: Leituras*. 5. reimpr da 1ª. Ed de 2003 São Paulo: Cengage Learning.

IBGE. (2010). *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro. Acesso em 15 de maio de 2012. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos>

Libâneo, J. C., Oliveira, J. F. & Toschi, M. S. (2007). *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

PNE. *Plano Nacional de Educação* – Acesso em 18 de fevereiro de 2012. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107

Ribeiro, M. L. S. (1992). *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. 12ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados.

Romanelli, O. O. (1986). *História da Educação no Brasil*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes.

Santos, A. (2010). *A função da escola na ditadura militar*. Webartigos.com. Publicado em 28/05/2010. Disponível em <http://www.webartigos.com/artigos/a-funcao-da-escola-na-ditadura-militar/39013/>

Saviani, D. (2007) *O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do Mec. Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial; p. 1231-1255, out.

¹ Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense e professora do IFSULDEMINAS. O presente trabalho compõe o primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado (Evasão escolar no primeiro ano do ensino médio integrado do IFSULDEMINAS – Campus Machado) realizada com o apoio da UFF, Capes e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, através do NIPE e da Pró-Reitoria de Pesquisa.

² Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro ministro de Portugal durante o reinado de D. José I, de 1750 a 1777.

³ Intelectuais portugueses dos finais do século XVII e XVIII que passaram a morar no estrangeiro devido a desavenças e perseguições e que tiveram contato com novas ciências, desconhecidas em Portugal e que por terem tomado contato com uma realidade estrangeira mais "moderna" (liberdade de pensamento, revolução científica, secularismo, democracia, nascer do capitalismo) eram desprezados por setores influentes da sociedade portuguesa, católica conservadora, autocrática, que ainda menosprezava as ideias da Europa protestante.

⁴ Imposto criado por um Alvará de 10 de Novembro de 1772. Este imposto destinava-se a custear as reformas no campo da instrução promovidas pelo Marquês de Pombal, substituindo, como imposto único, todas as coletas que tinham sido lançadas para fazer face às despesas com a instrução pública.

⁵ Significavam as Aulas que pertenciam ao Estado e que não pertenciam à Igreja.

⁶ Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Mariana, São Paulo, Vila Rica, São João Del Rei, Pará e Maranhão.

⁷ Signatário do Manifesto Republicano (1870), jornalista, educador e político foi deputado da província de São Paulo em diversas legislaturas e, proclamada a República, assumiu a direção da província no triunvirato em que também faziam parte Prudente de Moraes e o coronel Joaquim de Sousa Mursa.

⁸ HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. História da Educação Brasileira: Leituras. 5. reimpr. da 1. Ed de 2003. São Paulo: Cengage Learning, 2011. P. 66.

⁹ O código Epiácio Pessoa (1901) inclui a lógica e retira a biologia, sociologia e a moral. A reforma Rivadávia Correa, de caráter positivista, implanta um critério prático ao estudo das disciplinas e liberdade de ensino (RIBEIRO, 1992;p.73)

¹⁰ Fundação do IBGE: Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970 (ROMANELLI,1986).

¹¹1930 – 1934: Governo Provisório; 1934-1937: Governo Constitucionalista; 1937-1945: Estado Novo; 1951-1954: Governo Democrático.

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

¹³Art. 156 - A União e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento, da renda resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

¹⁴ Art. 169 Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

¹⁵ Ministro do planejamento no governo do Marechal Castelo Branco no período de 1964-1967

¹⁶ Partidos conservadores – PFL, PPR, PTB e PP.

¹⁷ PSDB, PMDB, PDT e o PL.

¹⁸ PC do B, PT, PSB, PPS e PV

¹⁹ Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm

²⁰ Modalidades: Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação a Distância (EAD), Educação Tecnológica e Formação Profissional, Educação Especial, e Educação Indígena.

²¹ Ministério da Educação e Cultura.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107

²² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais de 2010.